



Criações e Métodos na pesquisa em Educação

*Verônica Domingues Almeida
Maria Roseli Gomes Brito de Sá
Paola Zordan*
(Organizadoras)

© Dos Autores - 2020

Editoração e capa:

Fabiano Neu

Arte da capa:

Paola Zordan

Conselho Editorial (Nota Azul)

Deisimer Gorczewski (UFC)

Denise Espírito Santo da Silva (UERJ)

Galvanda Queiroz Galvão (UFPA)

João Anzanello Carrascoza (USP)

Manoel Ricardo de Lima Neto UFRJ

Sabina Anzuategui (Faculdade Cásper Líbero)

Sílvio Ferraz Mello Filho (USP)

Simone Zanon Moschen (UFRGS)

Tiago Almeida (Escola Superior de Educação de Lisboa do IPL, ESELx)

Editores:

Luciano Bedin da Costa

Anna Letícia Ventre

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

C928

Criações e métodos na pesquisa em educação / Verônica Domingues Almeida, Maria Roseli Gomes Brito de Sá, Paola Zordan (organizadoras). – Porto Alegre : UFRGS / Nota Azul, 2020.
427 p. , 1 livro digital; il.

ISBN: 9786586232929

1. Pesquisa em educação. 2. Metodologia da pesquisa.
I. Almeida, Verônica Domingues. II. Sá, Maria Roseli Gomes Brito de. III. Zordan, Paola.

CDU 37.012

Bibliotecária: Evelin Cotta CRB-10/1563

INVENTÁRIO DE PESQUISA: PROCEDIMENTO METÓDICO IMANENTE DE UM CORPO-PROFESSOR

Wagner Ferraz
Samuel Edmundo Lopez Bello

“Devemos fazer o inventário dos arquivos
do silêncio e fazer a história a partir dos
documentos e da ausência de documentos”.
(Le Goff, 1990, p. 109).

Introdução

Este texto trata da constituição de uma noção de inventário de pesquisa e ação ou prática de inventariar no campo da educação, educação em ciências e artes do corpo (dança). Inventariar surge como proposta metodológica numa pesquisa transdisciplinar. Tem-se como premissa que a pesquisa em questão é realizada por um corpo-professor, conforme discute-se na pesquisa de doutorado¹, sendo um corpo em processo de subjetivação, que vive em processo de se constituir professor, não sendo um sujeito do conhecimento entendido como pronto, acabado, fixo. Tratar-se-á brevemente de definições de documento, pois isso se faz necessário para pensar o inventário, também poder-se-ia discutir arquivo e dados de pesquisa, porém faz-se aqui um recorte direcionando o foco para o tema já apresentado.

1. Pesquisa realizada pelos autores, respectivamente orientando e orientador, no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências da UFRGS, entre os anos de 2016 e 2020.

De modo geral, algum tipo de documento é utilizado em qualquer pesquisa acadêmica, porém algumas pesquisas são caracterizadas como pesquisas que, especificamente, analisam documentos. Tem-se, assim, as pesquisas documentais e pesquisas bibliográficas. Entende-se que, em cada uma desses tipos de pesquisa, prioriza-se distintos focos que dizem respeito à natureza das fontes pesquisadas, porém, algumas vezes pesquisas são realizadas fazendo uso dessas duas possibilidades de fontes documentais. Ou seja, os dois modos de pesquisar citados utilizam documentos como objeto de investigação. “No entanto, o conceito de documento ultrapassa a ideia de textos escritos e/ou impressos. O documento como fonte de pesquisa pode ser escrito e não escrito, tais como filmes, vídeos, slides, fotografias ou pôsteres” (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009, p. 5).

A pesquisa bibliográfica trabalha com o que se chama de fontes secundárias, ou seja, utiliza-se de documentos produzidos por diferentes autores que tratam do tema em questão. Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) citam Oliveira (2007) ao apresentarem a pesquisa bibliográfica como aquela que se dedica a análise de livros, periódicos, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos por serem documentos do domínio científico, nesse caso não se faz necessário recorrer diretamente aos fatos e fenômenos da chamada realidade empírica. Já a pesquisa documental busca materiais que ainda não foram analisados e são chamados de fontes primárias. Se faz necessário dar atenção cuidadosa à pesquisa documental pois esta trabalhará com documentos que nunca passaram por um tratamento científico, como: relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, podendo

também serem utilizadas outras matérias de divulgação. (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009)

Os autores citados anteriormente, esclarecem que no final da década de 20, do séc. XX, funda-se a *Escola de Annales*, na França, aderindo a uma abordagem mais globalizante que contribuiu para uma ampliação do conceito de documento, podendo ser entendido como tudo aquilo que é vestígio do passado e que possa servir de testemunho, podendo ser considerado um documento ou fonte: elementos iconográficos e cinematográficos, qualquer outro tipo de testemunho registrado, além de objetos do cotidiano, elementos folclóricos e etc, “poder-se-ia até qualificar de documento um relatório de entrevista, ou anotações feitas durante uma observação” (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009, p. 08).

A partir do que foi apresentado, busca-se outras definições de documento, como no *Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico* (2009) onde encontramos a seguinte definição de documento:

Qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade, que possa servir para consulta, estudo ou prova. Incluem-se nesse universo os impressos, os manuscritos, os registros audiovisuais e sonoros, as imagens, entre outros. (Appolinário, 2009, p. 67).

Ao procurar a definição de documento no *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*, produzido pelo Arquivo Nacional (Brasil), encontramos o seguinte: “Unidade de registro de informações, quaisquer informações que seja o suporte ou suporte formato” (p. 73). Com as definições apresentadas, percebe-se que o entendimento de documento é amplo,

não se fechando a determinados suportes ou matérias. Isso possibilita pensar documentos que possam constituir um inventário, uma ação de inventariar proposta na pesquisa, sendo possível trabalhar com fontes primárias ou secundárias, que caracterizam três tipos de documentos, elencados aqui da seguinte forma: 1º – documentos mapeados intencionalmente para compor a pesquisa, aqueles que fizeram parte de um planejamento prévio; 2º - documentos já existentes, encontrados no decorrer da pesquisa, aqueles que surgiram no acaso, fruto de encontros e que não estavam no planejamento; 3º - e documentos produzidos para a pesquisa e no decorrer desta, aqueles que foram disparados por alguma ação, por algo realizado no processo de pesquisar ou de vida dos pesquisadores, mas que reverbera na pesquisa.

Esses documentos são fontes para compor um possível inventário, pois a pesquisa se constitui daquilo que se produz a partir do plano de pensamento que se estabelece com um inventário. É do inventário que se tira dados para seguir desdobrando a pesquisa, para criar conceitualmente, para pensar as práticas constituidoras do ato de pesquisar e de suas reverberações. A terceira possibilidade de documentos, apresentada anteriormente vem a ser mais presente na pesquisa, pois os documentos produzidos, criados, inventados para o próprio pesquisar são frutos do encontro entre um corpo-pesquisador e intercessores da pesquisa, produzindo assim outros intercessores e modificando este corpo que investiga. Levando em consideração que o ato de produzir documentos para constituir o inventário já constitui a própria pesquisa, trata-se de um processo imanente.

Os documentos são elementos constituidores do inventário, mas a pesquisa pode ser conduzida pela potência do inventário, desse apanhado de documentos inventariados, que são materiais produzidos a partir de práticas diversas realizadas/vividas/racionalizadas/criadas por um corpo-professor, corpo-pesquisador e corpo-artista dessa proposta (corpo-professor-pesquisador-artista), sendo inventariado: aulas, cursos e oficinas ministradas e assistidas; textos escritos; performances realizadas; coreografias e espetáculos criados; artigos e monografias orientadas; participações em eventos; notas de aulas; fotografias de aulas e trabalhos artísticos; entre outros... algumas dessas práticas já deixam registro, outros são mais da ordem do efêmero e não deixam registros em nenhum suporte. Por isso se produz documentos “com” e a partir desses documentos, disparados por essas circunstâncias e por essas práticas, que são feitos intercessores da pesquisa. Desse modo opta-se por produzir documentos com a escrita para compor a proposta em questão.

Assim, vai se produzindo um inventário, que não é feito após se ter os documentos concretizados, mas também não se tem cada item do inventário planejado, aos quais os documentos irão preencher. O inventário vai se constituindo com a criação dos documentos e os documentos serão efetivados ao serem inventariados. Os documentos se tornam itens inventariados e continuam a ser produzidos durante esse processo. Não há separação, tudo é produzido no mesmo plano, não dividindo materialidades e intensidades, nem racionalidades e corpos, mas entendendo que são imanentes. Trata-se de um exercício de pensamento, uma prática de um corpo que pensa,

não apenas de um sujeito do conhecimento, mas de um corpo que ao se estruturar como sujeito é atravessado constantemente pelos movimentos de diversas ações que o subjetivam.

Para tanto, buscou-se mapear noções de inventários de pesquisa que poderiam contribuir com a investigação. Porém, encontrou-se pouca produção tratando conceitualmente de inventários de pesquisa, isso disparou um problema: como apresentar e descrever do que se trata a prática de inventariar como um procedimento metodológico de pesquisa, tendo em vista que há pouca produção tratando desse tema? Isso indicou que se faz necessário objetivar a realização de um exercício de conceituar uma noção de inventário de pesquisa. Para isso, metodologicamente, se decidiu buscar definições de inventários em áreas nas quais este é utilizado para diferentes fins e, assim, pensar “com” essas definições para conceituar, para essa proposta, um inventário de pesquisa. Assim, realiza-se uma revisão bibliográfica com referências de diferentes áreas, observando o que se entende por inventário e como este é adotado como procedimento metódico, para assim fazer escolhas, selecionar possibilidades e compor “com” este material pesquisado.

Apresenta-se a seguir, um inventário de noções de inventários, sendo possível observar que há objetos de diferentes ordens sendo inventariados em cada caso, levando em consideração que se trata de distintas áreas de conhecimento. Isso possibilita compor uma noção de inventário e procedimento metódico feitos de multiplicidades, algo que vai ao encontro da produção de documentos já mencionada. Com isso seleciona-se pontos de destaques das revisões e

escreve-se “com” isso, pensando possíveis modos de operar “com” um inventário e “com” uma ação de inventariar na pesquisa em questão.

Inventariando noções de inventários

[...] A palavra deriva do latim *inventum*, do infinitivo *invenire*, que significa *achar, encontrar, adquirir*. A palavra ‘inventar’ tem a mesma origem, se refere a ‘descobrir alguma coisa com engenho e meditação’ (REY, 1992, p. 1.049), e é usada sobretudo em inovações tecnológicas e científicas, mas também popularmente, para falar da construção de uma imagem mental distinta da realidade, caso em que se torna sinônimo do uso coloquial de ‘imaginar’, quando também adquire um sentido negativo, associado a ‘amar’, ‘forjar’ (escândalo, calúnias etc.) [...] (Pimentel, 2014, p. 27).

A **prática de inventariar** é realizada em **diversas áreas do conhecimento**, com suas especificidades e objetivos, dentre essas áreas, algumas ficaram mais conhecidas como as áreas administrativa e contábil que tratam do inventário como **modo de controle de bens e patrimônio** de uma empresa. Também temos a área do direito na qual encontramos o inventário **post mortem**, também conhecido como **Ação de Inventário**. Trata-se de uma *Ação Judicial ou Extrajudicial* na qual se faz uma **listagem de bens e direitos** de uma pessoa falecida, para que assim possa-se **distribuí-los** para possíveis herdeiros (Athayde, 2014). Nos casos em que uma pessoa não possui bens, também se faz necessário realizar um inventário chamado de *Inventário Negativo*, para demonstrar que a pessoa falecida não possui nada a ser distribuído entre seus herdeiros.

No processo de pesquisar produzindo e fazendo uso de um inventário, cabe tratar das ações realizadas e em realização e não somente em um resultado final, ainda mais quando se fala de método, do caminho traçado por um pesquisador. Por isso ressalta-se a prática de inventariar, dos movimentos realizados para a produção de um inventário forjado com variados documentos que trazem em si conhecimentos de diversas áreas e saberes de diversas experiências. Muito mais que uma listagem que pode servir para controle de bens, em uma pesquisa, essa possível listagem vem a ser potente para colocar a pensar e para produzir movimento na investigação criadora, pois trata-se, nesse caso, de uma pesquisa que ao movimentar fontes, cria conhecimento e investe na produção de saberes que não estão na ordem da descoberta de ideias já prontas. Então se faz necessário produzir e alimentar uma listagem, um apanhado, distribuindo os documentos a partir de critérios que serão elencados no decorrer desse próprio processo. Esse apanhado de documento, não necessariamente inicia o processo e também não é encerrado para dar espaço para outras etapas da pesquisa, a ação de inventariar segue durante a pesquisa immanentemente a outros processos realizados, pois precisa-se manter o movimento de pesquisar.

Também podemos pensar nos inventários realizados por museus e demais estabelecimentos e espaços culturais que possuem um **acervo**. Nesses espaços entende-se por inventário a **produção de uma relação**, de uma listagem, por vezes, exaustiva de “todos os objectos que constituem o acervo próprio da instituição, independente do seu modo de incorporação, e que são passíveis de registo no Livro de Inventário Geral

do museu” (Pinho; Freitas, 2000, p. 15). O objetivo primeiro de um inventário é realizar a **identificação individualizada** de cada peça que compõe as **coleções** do acervo museológico, seguindo princípios básico de normas internacionais de Museologia, mas não esquecendo de levar em consideração as particularidades dos acervos e das instituições nas quais estes se encontram, segundo os autores citados anteriormente.

Cada objeto inventariado também **recebe um número**, que corresponde a sua identificação, seguindo **normas específicas**, possibilitando que não haja equívocos na identificação de um objeto, pois “a cada objecto deverá ser atribuído um número de inventário único e irrepitível. Para a ponderação dos vários sistemas de numeração possíveis” (Costa; Costa, 2010, p. 65), assim como também, ter controle de seu registro em um sistema manual e/ou digital institucional. Nesses casos inventariar objetos de um acervo está diretamente ligado a identificação e controle das peças e coleções.

Em algumas pesquisas, pode-se produzir um inventário com elementos de um acervo, de coleção, de arquivos, de produção de relatos, de coletânea de movimentos corporais, de vocabulários, de currículos, de procedimentos didáticos, de mensurações, de conjunto de atividades lúdicas, de períodos e fatos históricos, de afetos e afecções, de experiências e processos de experimentação, de escolhas feitas para a composição de movimentos coreográficos dançantes, de fórmulas, de conceitos, de várias linhas compositoras de uma pesquisa de acordo com o tema, problemática e objetivos em questão. Por mais que se faça um exercício de identificação dos elementos/documentos que possam compor um inventá-

rio, não há necessidade de uma identificação individualizada para atribuir um número de registro e controle, pois isso não está em jogo no processo de pesquisar. Claro que isso pode ser realizado se for uma particularidade da pesquisa, mas o que mais interessa é realizar um apanhado dos documentos para que, assim, haja possibilidade de compor um plano de pensamento acerca do que se produziu, durante esse processo, e dar vazão para seus desdobramentos.

Adentrando a discussão acerca da relação entre inventário e patrimônio cultural, Carvalho e Amaral (2011) apresentam os inventários como um **instrumento da preservação**, uma **documentação** sobre o bem cultural com o intuito de **conhecê-lo e entendê-lo**, para assim, **desenvolver ações para preservá-lo**. Historicamente a prática de inventariar é fortemente registrada desde o séc. XIX, a exemplo disso temos em 1837 o pioneirismo da França no processo de formalização da prática de inventário (Rodrigues, 2016). No período colonial, no Brasil, os inventários eram utilizados para **registrar** bens e acervos no território nacional para que assim, Portugal pudesse conhecer e controlar esses bens (Carvalho e Amaral, 2011). “Entre 1917 e 1935, as primeiras propostas de proteção ao patrimônio brasileiro já incluíam o inventário como forma de reconhecer e **selecionar os monumentos** mais significativos a serem preservados” (Rodrigues, 2016, p. 36). Nesse mesmo viés, essa **metodologia de inventário**, constituída de **catalogação e quantificação de bens**, volta a ser utilizada no Brasil no *Movimento Moderno* no ano de 1922. “Embora a preocupação por parte dos intelectuais deste movimento tenha sido a salvaguarda dos bens culturais estes a princípio

foram apenas catalogados para conhecimento do patrimônio” (Carvalho; Amaral, 2011, p. 4).

Em 1937 foi criado o *Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (SPHAN) que posteriormente passou a ser chamado de *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (IPHAN), para tratar de questões de preservação de bens culturais. Rodrigues (2016) salienta que nesse momento foram incontáveis as referências que mostravam a importância do inventário como **procedimento metódico** e, mesmo assim, nesse momento o inventário adquire um papel secundário, pois o que estava em jogo era o tombamento e registro de imóveis (Carvalho; Amaral, 2011).

Foi em 1938 que o inventário foi sugerido para suprir a falta de registros da arquitetura civil rural e urbana. “Ainda assim, os bens culturais, isolados ou em conjunto, eram inventariados e conservados pelas suas características estéticas, havendo um distanciamento das relações espaciais urbanas, sociais, culturais e econômicas” (Carvalho; Amaral, 2011, p. 4). Esse panorama se modifica na década de 1970 quando são criadas medidas de descentralização das políticas de patrimônio, como a criação de órgão de preservação e proteção nas esferas Estaduais e Municipais.

[...] o “conhecer” é apontado como condição do “proteger”; a necessidade de realização de inventários seria internacionalmente reforçada na década de 1970. No Brasil, ela já o fora no relatório da missão da Unesco que, em 1966-1967, visitou o país, chefiada por Michel Parent. O especialista recomendou a inserção do patrimônio brasileiro no circuito turístico internacional, para o que seria necessário desenvolver ações de apoio, entre as quais um inventário dos bens artísticos e naturais (Leal, 2008, in: Rodrigues, 2016, p. 36-37).

Distinto do que se apresentou anteriormente, no processo de pesquisar, não se objetiva produzir um inventário como instrumento de preservação de algum bem, mas como modo de aproximar e produzir documentos, tornando o próprio inventário um documento feito de multiplicidades. No inventário é possível observar as produções do próprio pesquisador ou de outros aos quais o pesquisador se propõe a observar, e assim buscar entender do que se trata e quais as possibilidades apresentadas por esses documentos e/ou pelo inventário em si. É inegável sua importância como documento de registro que reúne tudo aquilo que tantas vezes nem se lembra que foi criado, experienciado, vivido e/ou produzido por outro alguém e/ou instituição.

É possível pensar no inventário de pesquisa como processo de catalogação ou produção de um catálogo para consultas do(a) próprio(a) pesquisador(a). É possível realizar quantificações, mas se faz necessário estar atento para os focos de intensidades de um inventário. O inventário vem a ser efeito da prática de inventariar e essa prática se destaca por se constituir em um procedimento metódico, pois ao passo que se procede para inventariar os documentos já se está produzindo um percurso da e para a pesquisa. O inventário passa a fazer parte do método da pesquisa (procedimento), mas também pode ser utilizado em alguns casos como método em si, vai depender dos modos de operação na pesquisa.

Após a década de 1970, houve um favorecimento de ações de preservação e com isso os inventários adquirem um caráter mais significativo, “o entendimento dos inventários começa a compreender a **catalogação, o levantamento de fontes de**

informação e a produção de estudos e pesquisas” (Carvalho; Amaral, 2011, p. 5), para, assim, garantir a **proteção da integridade material do bem imóvel**, o conhecimento sobre ele em sua complexidade, tendo em vista sua **perpetuação** através dos tempos levando em consideração as alterações urbanas, sociais, culturais e econômicas desse processo.

Hoje, no Brasil, se entende que o patrimônio cultural nacional se constitui por meios de expressão, materiais ou imateriais, fazendo parte da memória da sociedade, assim como os documentos (Merlo; Konrad, 2015). Na *Constituição Brasileira* encontramos um artigo que destaca a importância da preservação dos bens patrimoniais brasileiros por meio de inventários, de acordo com § 1º do Art. 216:

O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (BRASIL, 1988, p. 123).

O inventário geralmente é tomado como **resultado de um levantamento de campo** que pode, tantas vezes, ser conduzido de diferentes maneiras levando em consideração diversos conceitos, destacando-se o **inventário empírico e o inventário operacional** (Rodrigues, 2016). O primeiro caracteriza-se pela identificação material de bens remanescentes, “dele resulta o **arrolamento** do produto de processos sociais e culturais” (Rodrigues, 2016, p. 40). Esse foi assumido como modelo nas práticas brasileiras, ele se detém no passado, não é orientado por um trabalho de pesquisa antes de ir a campo, sendo assim está submetido aos critérios do observador que o

realiza. Já o segundo, o inventário operacional, se baseia em pesquisas prévias, “em estudos sistemáticos das formas culturais dos moradores de uma região, ele conduz a resultados que tendem a esmaecer a ideia estática de História” (Rodrigues, 2016, p. 40), entendendo que esse conhecimento é preso no tempo cronológico, favorecendo a dinâmica da história.

O inventário pode ser produzido indo a campo, entendendo o campo como aquele outro lugar no qual o pesquisador tantas vezes não faz parte, para assim fazer um levantamento de fontes de informações, realizar estudos que contribuirão com a pesquisa. Mas na proposta aqui em questão, ir a campo pode ser entendido como a vida, as experiências e as práticas exercitadas pelo próprio pesquisador. Nesse caso não se trata de um resultado de levantamento de campo, pois o inventário está sempre sendo constituído, até pode ser dado por finalizado temporariamente, mas isso pode só acontecer quando a pesquisa for dada por encerrada.

No campo da história o inventário é entendido como uma fonte primária nas **pesquisas**. Pois como declara Reis Júnior (2006), o inventário é uma “rica fonte de pesquisa para o historiador” (p. 96), um documento importante no qual encontramos o registro dos bens que pertenceram a uma pessoa sendo o inventário um **documento de partilha**. O autor complementa que trata o inventário como **fonte documental** e não como objeto, pois a história que se quer construir também está nesse documento, mas não exclusivamente nele.

O inventário é um documento que permite obter várias informações sobre a maneira como as pessoas viviam em determinada época, seu cotidiano, seus bens, sua maneira de vestir, sua atividade econômica, a situação da família

– filhos legítimos ou não, separações, viuvez - a partilha dos bens, as dívidas ativas e passivas etc. (Reis Junior, 2006, p. 97).

Entre as fontes disponíveis para pesquisa histórica sobre o Brasil dos últimos séculos, encontramos o inventário *post mortem*, que foi e continua sendo um documento que o Estado exige, através do Poder Judiciário (Teixeira, 2012). “O inventário é um documento jurídico-civil, instrumento de disposições materiais, que traz a relação e a avaliação de bens pertencentes a uma pessoa falecida e que serão submetidos à partilha” (Tavares, 2011, p. 3).

Diferente da área do direito em que cuidará de questões legais relativas aos bens e patrimônios para se distribuir aos herdeiros, a disciplina de história buscará estudar os registros descritos nesse documento. “A história pode definir-se como o **inventário explicativo**, não dos homens nem das sociedades, mas do que há de social no homem, ou mais precisamente das diferenças que apresentam este aspecto social” (Veyne, 1989, p. 35). Cabe dar atenção a ressalva feita pelo historiador Le Goff (1990) ao dizer que “a memorização pelo inventário, pela **lista hierarquizada** não é unicamente uma atividade nova de **organização do saber**, mas um aspecto da **organização de um poder novo**” (p. 436).

Inventariar vem a ser um modo de buscar e produzir fontes documentais e tornar o inventário uma outra fonte. Tem-se assim um documento de partilha, de acesso, no qual o pesquisador(a) pode consultar inúmeras vezes estando sujeito as múltiplas reverberações, a tudo aquilo que o inventário pode colocar a pensar. Nesse processo pode haver hierarqu-

zações, mesmo que não seja a intensão, assim se dará destaque para alguns conhecimentos e saberes, assim como também se pode minimizar outros. Mas isso faz parte do exercício de inventariar/pesquisar, do exercício daquele que pode fazer as ordenações, do pesquisar que assume um lugar de poder em relação aos documentos. Porém como o inventário segue se constituindo durante a pesquisa, os valores determinados aos documentos com seus conhecimentos e saberes podem ir se modificando e tantas vezes sem intenções pré-determinadas.

Brandão (2010) faz uma discussão acerca dos inventários como fonte para a História da Arte. Para esta autora os inventários, em diferentes tempos, além de constituírem documentos que listavam os bens que pertenciam a uma pessoa, para fins de herança em consequência de seu falecimento, ou por pertencerem a alguma instituição, corte ou palácio, também foram adotados por instituições de cunho religioso, a fim de fazer o **reconhecimento, descrição** e controle dos pertences de valor.

Desde pelo menos o século XV, a prática do colecionismo por parte das Cortes europeias fez dos inventários um importante meio e método de catalogação, descrição e controle dos diferentes objetos componentes de uma coleção, assim como sua localização entre os diversos cômodos de uma residência ou entre as muitas residências de um mesmo colecionador (Brandão, 2010, p. 11).

As práticas de inventários se propagaram entre instituições religiosas e laicas e, desse modo, houve especialização de funcionários que eram considerados de extrema confiança e que ficavam responsáveis por “reconhecer os pertences e controlar sua localização e destino, bem como garantir, através destes

periódicos arrolamentos, sua permanência em diferentes espécies de coleções, **evitando roubos, desvios ou perdas**". O chamado colecionismo artístico das casas reais na Europa, teve as práticas de inventários como de extrema importância, deixando-os como fonte para a historiografia artística "tanto para compreender os locais de origem de determinadas obras de arte, bem como seu destino na trama do colecionismo" (Brandão, 2010, p. 12). Pois muitos inventários serviram de modelo para que museus redigissem seus primeiros guias para visitantes e catálogos contendo "simples e objetivas enumerações e descrições de obras de arte e sua respectiva localização" (Brandão, 2010, p. 12).

Em alguns casos, os inventários podem ser **produzidos em pesquisas** no campo das artes buscando **atravesamentos com outras disciplinas**. No artigo *Um mapa e um inventário da pesquisa brasileira sobre arte e educação matemática*, Flores e Wagner (2014) discutem o "modo como as pesquisas usam, ou empregam a arte para trabalhar com a matemática; (...) modo como as pesquisas consideram aspectos visuais relacionando-se com a arte para tratar da matemática" (p. 250). Para isso realizam um inventário de pesquisas que apresentam o uso das artes na Educação Matemática

[...] procurou-se levantar e fazer **entrecruzamentos** dos modos de se conceber a arte na disciplina de matemática, observando suas orientações teórico-metodológicas e suas apropriações de objetos artísticos na relação com a matemática, a fim de se fornecer entendimento sobre o conceito de arte nas pesquisas [...] (Flores; Wagner, 2014, p. 250).

Há também a possibilidade de pesquisar produzindo **inventários de artistas**. Martins (2017), em sua pesquisa

de mestrado em Artes Visuais, realizada no *PPGAV do Centro de Artes da UFPel*, intitulada *Inventário do artista: um pequeno relicário de grandes afetos*, produz uma **poética autobiográfica** na qual inventaria o que ele chama de **reliquias**. Essas reliquias são **trabalhos poéticos** que apresentam um discurso para as experiências vividas pelo autor e que servem de parâmetro para que o mesmo possa pensar o presente.

No inventário que realizo eu persigo, através da **memória**, cada reliquia uma vez que são peças importantes para minha coleção. **Algumas eu encontro, outras se revelam aos poucos**. Organizo os tempos deste texto através dos instantes de memória que me invadem quando deparo-me com algum **elemento do passado**. Faço essa organização para não perder o **controle da memória**. Crio o inventário para preencher os vazios que já foram parte da minha memória (Martins, 2017, p. 58).

Não há muitos trabalhos tratando de inventário na área das artes da cena, mas apresenta-se aqui uma pesquisa que olha para a dança, realizada no Mestrado em Museologia na *Universidade Nova de Lisboa (Pt)*, intitulada *Uma coleção particular sobre dança. Inventário, estudo e comunicação*, desenvolvida por Ana Catarina Pereira dos Santos Duarte. A pesquisa discorre sobre uma parte da **história da dança** de Portugal fazendo uso de uma **coleção privada** dedicada a dança, produzindo assim um **programa museológico de vertente educativa**, destacando “**valor documental** da dança como Património Cultural e o seu papel na **Memória Colectiva** de uma sociedade; e da Iconografia da Dança” (Duarte, 2011, p. 5).

A tese de doutorado de Kelly Wendt, intitulada *Pequeno mapeamento de espaços experienciados: inventários de impressões e compartilhamentos*, do Programa de Pós-

-*Graduação em Artes Visuais da UFRGS*, é construída por meio de uma **investigação poética** que trata do **processo de criação** do que ela chama de **Mapeamento Geoperceptivo** de espaços experienciados. A pesquisa “reúne em inventários **coleções de imagens de espaços** abandonados urbanos encontrados por meio de **percursos** realizados na cidade de Pelotas-RS”. (Wendt, 2017, p. 11).

Outro caso no campo das artes, mas agora no encontro com a educação, pode ser acessado através do texto *Disparos e excesso de arquivos*, no qual Zordan (2011) fala de sua pesquisa esclarecendo sobre a realização de algumas tarefas, dentre essas tarefas encontramos o **inventário de incidências**. Segundo a autora esse inventário reunia elementos diversos como “papelões de invólucro com o enunciado FRÁGIL, os quais foram usados para criar **intervenções instantâneas** pela Faculdade de Educação da UFRGS” (p. 4250), além de trabalhar com o que foi chamado de ações de aderência que reunia obras de artistas como Adriana Daccache, Ricardo Basbaum, entre outros. Nesses três casos citados que tratam de inventário no campo das artes, podemos ver que os inventários estão ligados de alguma forma a coleções, sejam coleções que existem ou coleções constituídas para uma pesquisa, tendo como característica uma ênfase poética.

Um inventário pode apontar para uma poética feita de recolhimento de materiais, de descrições, de desvios, de atravessamentos com outras disciplinas, autobiografias, memórias, encontros, coleções, criações, incidências, mapeamentos, imagens, intervenções... Um inventário pode ser pensado em condições performativas, onde essas possibilidades vão sendo atualizadas

em ações. Mais do que a produção de uma poética de visualidades, é possível pensar na ação, na potência performativa.

Na área de educação encontramos pesquisas que fazem uso de inventários, como uma **opção metodológica**, para **reunir e ordenar documentos de práticas pedagógicas**. No artigo *Inventário – organizando os achados de uma pesquisa*, Prado e Moraes (2011) discutem e defendem a proposta de utilizar “o inventário como **possibilidade de organização de dados** de uma pesquisa” (p. 137). Essa discussão é feita destacando a produção do *Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Continuada* (GEPEC) que foi coordenado pela *Prof^a. Dr^a. Corinta M.G.Geraldi*, que orientou e orienta pesquisas com inventários, e hoje é coordenado pelo *Prof. Dr. Guilherme do Val Toledo Prado*. O GEPEC

[...] integra o Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UNICAMP e tem como perspectiva de formação docente e a busca da compreensão dos saberes e práticas cotidianas dentro da complexidade da organização do trabalho pedagógico escolar, usando referências do campo da Pedagogia, da Psicologia e da História. Nesse sentido, a pesquisa é tomada como eixo da formação continuada do/a professor/a e na (re)constituição do seu fazer docente. (GEPEC, s/a, s/p.)

Segundo Prado e Moraes (2011), no citado grupo de pesquisa, a prática de inventariar dados aparece na pesquisa de doutorado de Geraldi (1993) e posteriormente em pesquisas orientadas pela mesma na UNICAMP, destacam-se algumas produções que são importantes para o tema em questão: a dissertação de mestrado de *Adriana Dickel* intitulada, *O esforço coletivo de reapropriação do trabalho docente na trajetória de um grupo de professores municipais de periferia:*

um projeto em construção (1996) e, posteriormente, em sua tese de doutorado intitulada *Inventários de sentidos e práticas: o ensino na periferia sob o olhar de professoras-pesquisadoras em formação* (2001); também destaca-se: *Sentidos do trabalho mediados pela educação continuada em química* (2003), tese de doutorado de *Maria Emília Caixeta de Castro Lima*; a tese de doutorado *Da constituição do trabalho docente coletivo: reexistência docente na descontinuidade das políticas educacionais* (2005) de *Adriana Varani*; e *Pelas telas, pelas janelas: olhares da/sobre a coordenação pedagógica na formação continuada de professores/as nas escolas* (2006), tese de doutorado de *Renata Cristina Oliveira Barrichelo Cunha*. Na tese de Lima encontramos uma menção ao trabalho arqueológico na ação de inventariar, pois a autora buscou elementos no trabalho de um grupo de estudos que já havia encerrado suas atividades.

Por se tratar de um grupo que já interrompeu as atividades em estudo, foi necessário promover uma **busca arqueológica, vasculhar** baús, remexer os **(guar)dados e recuperar** sua história. Se, por um lado, as **condições de produção dos dados** e a distância do **acontecimento no tempo** dificultaram a **arqueologia dos dados**, por outro, possibilitaram a extraposição. Foi possível reencontrá-los pelo paciente gesto de recolher peças e remover-lhes o pó depositado com que o tempo; raspar de leve, camada por camada, e desvelar o que havia se acomodado embaixo delas; desfazer as nervuras do tempo que, propositalmente ou por acaso, se dobraram sobre o que precisava ser dito; organizá-las de modo a construir e reconstruir um sentido do todo a partir de cada fragmento, num jogo de contínuo cotejamento (Lima, 2003, p. 31).

Prado e Moraes (2011) destacam que Varani (2005) não tematizou acerca de inventários, mas trouxe no final de sua

tese seu próprio inventário de documentos que coletou para a pesquisa como: **entrevistas, textos, depoimentos, anotações em cadernos de reuniões de professores, folders, ofícios enviados, arquivos de vídeos, reportagens de jornais, atas de reuniões na escola**, entre outros... e o mesmo procedimento é adotado por Cunha (2006), que apresenta seu inventário ao final da tese.

A fala de um dos integrantes do GEPEC é lembrada por Prado e Morais (2011), tendo em vista que esse integrante declara que se faz necessário **organizar uma lista que contenha tudo o que se tem da pesquisa, reunindo todos os documentos, materiais, dados, mesmo que inicialmente pareçam não ter importância**. Essa organização possibilitará a compreender mais sobre a história da pesquisa em desenvolvimento e sobre o tema em questão, salientando que **cada um faz seu inventário do seu jeito**.

Não é uma tarefa fácil produzir uma lista enumerando tudo o que está relacionado com nossa pesquisa, muitas vezes acredita-se que se faz necessário realizar uma **seleção de materiais que se vai juntando no decorrer de anos que se atua como professor e investigador**. A quantidade desses materiais que possuímos exige grandes cuidados com **classificação, seleção e exclusão** dos mesmos, pois utilizar todos os dados parece ser uma tarefa inviável. “Pela infinidade de materiais que muitos de nós recolhemos em nossa pesquisa, parece não haver dúvidas: **alguns devem ser sumariamente excluídos [...]**” (Prado; Morais, 2011, p. 143). Assim precisa-se escolher quais materiais do acervo receberão uma identificação de material

da pesquisa. Isso implica duas ações: “**separar, retirar do conjunto** tudo que parece não ser necessário, para **juntar**, criando o **conjunto de objetos da pesquisa**. Tudo isso parece razoável. E parece nos convencer do que tem que ser feito” (Prado; Morais, 2011, p. 143).

Porém, sempre surgem as dúvidas do que *separar* e *juntar*, do que pode ser ou não relevante para pesquisa e isso diz muito sobre o **processo de produção de conhecimento**. Quais são os critérios que estão em jogo para separar, classificar, **hierarquizar e nomear alguns dados** por significativos ou irrelevantes em uma pesquisa? “O que justifica, para nós, tal procedimento? A favor de quem ou do que estaríamos ao fazer esta ou aquela **escolha**?” (Prado; Morais, 2011, p. 144).

Inventariar os materiais resulta em nós uma ampliação da noção de documento: não apenas a materialidade dos acontecimentos, mas também os discursos, as narrativas, os pequenos objetos, os materiais ordinários, insignificantes. Exige um trabalho paciente, de dias a fio, vendo e revendo lembranças. Ao debruçarmo-nos sobre materiais que posteriormente se transformam em inventário, nos debruçamos sobre nós mesmos. É **inventariar nossa própria vida**, nossa **trajetória profissional e pessoal**, pois que toda trajetória profissional é também uma trajetória de vida, como nos lembra Nóvoa (1995) [...] (Prado; Morais, 2011, p. 151-152).

Elaborar um inventário de pesquisas diz respeito a uma “**necessidade de ordem, categorização, sistematização** que o pesquisador, muitas vezes, procura para organizar sua própria pesquisa ou ideias” (Flores; Wagner, 2014, p. 250). Esses mesmos autores esclarecem que **não há uma maneira única** de organizar os materiais e as escolhas por determina-

das estratégias dizem sobre o modo **como compreendemos** e **como produzimos conhecimento** acerca do tema que buscamos investigar. “Talvez inventariar materiais de pesquisa seja, de certo modo, fazer um **inventário de nós mesmos**”. (Prado; Moraes, 2011, p. 151-152).

As práticas exercitadas por um professor, pesquisador, artista são as fontes de produção de documentos para um inventário. Nos seus próprios fazeres há possibilidades de encontros. Por isso, cada um deve fazer seu inventário do seu jeito. É um processo de olhar para si, tem inspiração ascética e até pode se tornar uma prática ascética. Um método de pesquisa e ao mesmo tempo, um método/modo de relação consigo mesmo. Escolher é algo extremamente necessário e, automaticamente, excluir é inevitável. O que se exclui diz respeito a algo da constituição do(a) pesquisador(a) que não estará mais em jogo, porém as escolhas são necessárias para manter o movimento do pesquisar.

Esse processo é paradoxal, feito daquilo que chamam de contradições, limites e incertezas, assim deve-se manter uma busca constante, mas não uma busca por um objeto específico, mas uma busca para seguir o percurso que está em constituição. Tantas vezes se busca ordenar todo o processo, categorizar, sistematizar e isso é possível e necessário, mas precisa-se ter claro que outras possibilidades vão se configurando e essas ainda não foram capturadas, essas não estão ordenadas, produzindo um paradoxo de ordem e caos... Assim se vai produzindo conhecimento, inventariando a si mesmo, fazendo das práticas que exercita um ato de pesquisar.

Conclusão

A prática de inventariar e produzir inventários de pesquisas, pode ser tomada tanto por método de investigação, como por procedimento que compõe um método. Trata-se de uma ação criadora, na qual busca-se se compor um documento com práticas diversas realizadas/vividas por um corpo-professor. Um inventário está repleto das criações de um corpo-professor, de suas escritas, de suas aulas dadas, de caderno de anotações, de fotografias, de vídeos, de desenhos, de movimentos, de coreografias, de performances... tudo isso e muito mais pode ser utilizado para se compor um documento, uma listagem, um apanhado, uma coleção, um conjunto que servirá para produzir um panorama de práticas.

Desse modo se poderá fazer o exercício de pensar, pesquisar, escrever “com” o inventário, “com” partes dele, ou até apenas “com” um de seus elementos compositores, assim como se buscou pensar “com” as noções de inventário apresentadas. O inventário deve servir para instigar o pesquisador, para produzir seus intercessores de pesquisa. Sem o inventário, há uma série de registros e lembranças em diferentes suportes e/ou virtualidades, mas com um inventário se tem uma composição, uma multiplicidade que pode fazer pensar e servirá para mostrar um pouco do percurso da pesquisa, das linhas de variação e de intensidade. O inventário nunca está pronto, é imanente aos diversos processos da pesquisa, por isso não vem antes nem depois. O inventário e a ação de inventariar buscam refúgio nos processos de pesquisa, nas ações, em tudo aquilo que está em realização. “Com” o percurso apresentado nesse texto, tem-se agora,

elementos para mostrar de qual inventário se está tratando, e “com” isso seguir inventariando no ato de pesquisar. Inventariar vem a ser uma ação do “com”, do fazer/pensar junto, de estar em movimento, vem a ser um pesquisar-criação. Pois ao pesquisar, um corpo-professor busca olhar para as práticas, “com” essas práticas produz um inventário, “com” um inventário produz uma pesquisa. Porém, desde o olhar para as práticas já se está pesquisando, assim como se está pesquisando quando se está inventariando, então não há um passo a passo rígido, mas possibilidades de movimento. O inventário na pesquisa em educação e educação em ciências, assim como na dança, não serve para fixar registros de ações realizadas, mas serve para colocar corpos pensantes em movimento, serve para movimentar a prática de pesquisa do corpo-professor que pensa “com” esse processo. Um inventário de pesquisa, seja como método ou procedimento, possibilita inventar, criar, fazer da pesquisa um processo de criação, pode até ter um caráter artístico, pode colocar a pesquisa a dançar e pode dar condições para observar as singularidades que podem saltar aos olhos.

Referências

APPOLINÁRIO, F. Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo, Atlas, 2009.

Arquivo Nacional (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. (Publicações Técnicas; nº 51). Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf. Acesso: 01 nov. 2018.

ATHAYDE, Marcelo Sacco de. A Importância da realização do Inventário Post Mortem. In.: *JusBrasil*. Publicado em 13 de novembro de 2014. Disponível em: <https://marceloathayde.jusbrasil.com.br/artigos/151177621/a-importancia-da-realizacao-do-inventario-post-mortem>. Acesso: 05 set. 2018.

BRANDÃO, Angela. Inventários como fontes para a História da Arte e do Mobiliário Brasileiro. *Cultura Visual*: Salvador, No 13, Maio/2010. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/rcvisual/article/view/3783/3160>. Acesso: 08 set. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 06 jun. 2018.

CARVALHO, Taisa Soares de; AMARAL, Luís Cesar Perucido. *Os inventários como instrumentos de preservação: da identificação ao reconhecimento*. 9º seminário docomomo brasil - interdisciplinaridade e experiências em documentação e preservação do patrimônio recente, Brasília, 2011. Disponível em: http://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/048_M11_RM-OsInventariosComoInstrumentos-ART_taisa_carvalho.pdf. Acesso: 04 set. 2018.

COSTA, Paulo Ferreira da; COSTA, Marta Sanches da. (texto). *Normas de inventário: ciência e técnica – normas gerais*. Instituto dos Museus e da Conservação. 1ª edição. Portugal: 2010. (Coleção: Normas de inventário). Disponível em: http://www.matriznet.dgpc.pt/matriznet/Download/Normas/NI_Ciencia_Tecnica.pdf. Acesso: 04 set. 2018.

DUARTE, Ana Catarina Parreira dos Santos. *Uma coleção particular sobre dança. Inventário, estudo e comunicação*. 2011. 131 f. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/5988>. Acesso: 08 set. 2018

FLORES, Claudia Regina; WAGNER, Débora Regina. Um mapa e um inventário da pesquisa brasileira sobre arte e educação matemática. *Educ. Matem. Pesq.*, São Paulo, v.16, n.1, pp. 243-258, 2014.

GEPEC - *Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Continuada*. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UNICAMP. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/gepec/index.html>. Acesso: 01 nov. 2018. <https://revistas.pucsp.br/index.php/emp/article/view/17819/pdf>. Acesso: 08 set. 2018

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão... [et al.]. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios).

LIMA, Maria Emília Caixeta de Castro. *Sentidos do trabalho mediados pela educação continuada em química*. 2003. 265 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/250723>. Acesso em: 3 ago. 2018.

MARTINS, Jordan Ávila. *Inventário do artista: um pequeno relicário de grandes afetos*. 2017. 166 f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) - Centro de Artes. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/3918>. Acesso: 08 set. 2018.

MERLO, Franciele; KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. *Documento, história e memória: a importância da preservação do patrimônio documental para o acesso à informação*. *Inf. Inf.*, Londrina, v. 20, n. 1, p. 26 - 42, jan./abr. 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/18705>. Acesso: 04 set. 2018.

PIMENTEL, Leandro. O inventário como tática: a fotografia e a poética das coleções. Rio de Janeiro: *Contra Capa*, 2014. Disponível: http://www.dobrasvisuais.com.br/wp-content/uploads/2013/03/tese_leandro_abreu_2011.pdf. Acesso: 04 set. 2018.

PINHO, Elsa Garrett; FREITAS, Inês da Cunha (texto). *Normas de inventário: artes plásticas e artes decorativas* – normas gerais. Instituto Português de Museus. 2.^a edição revista. Portugal: Janeiro de 2000. (Coleção: Normas de inventário). Disponível em: http://www.matriznet.dgpc.pt/matriznet/Download/Normas/AP_AD_NormasGerais.pdf. Acesso: 04 set. 2018.

PRADO, Guilherme do Val Toledo; MORAIS, Jacqueline de Fátima dos Santos. Inventário – organizando os achados de uma pesquisa. *EntreVer*, Florianópolis, v. 01, n.01, p. 137-154, 2011. Disponível em: <http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/EntreVer/article/view/1205/1448>. Acesso: 03/01/2019.

REIS JUNIOR, Darlan de O. O uso de inventários na pesquisa histórica. *Cadernos de Cultura e Ciência*. Universidade Regional do Cariri, vol.1, n^o 1, p. 94-101, 2006. Disponível em: <http://periodicos.urca.br/ojs/index.php/cadernos/article/view/59/54>. Acesso: 04 set. 2018.

RODRIGUES, Marly. Inventário de bens culturais: conhecer e compreender. *Rev. CPC*, São Paulo, n.21 especial, p.31-48, 1. sem. 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/111845>. Acesso: 04 set. 2018.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie. ALMEIDA, Cristóvão Domingos de. GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, Ano 1, n.1, p. 1-15, julho de 2009. Disponível em: <<https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/viewFile/6/pdf>>. Acesso: 05 nov. 2018.

TAVARES, Iris Mariano. A medida da riqueza: os inventários post-mortem e a escravidão na cidade do Crato - CE (1850 - 1870). In: *II Simpósio de História do Maranhão Oitocentista: disputas políticas e práticas de poder*, 2011, São Luiz. ANAIS II Simpósio de História do Maranhão Oitocentista, 2011. Disponível em: <http://www.outrostempos.uema.br/anais/pdf/tavares.pdf>. Acesso: 05 set. 2018.

TEIXEIRA, Adriano Braga. Inventários post mortem: possibilidades de pesquisa a partir de uma fonte plural. *Mal-Estar e Sociedade* - Ano V - n. 8 - Barbacena - janeiro/junho 2012 - p. 63-83. Disponível em: <http://revista.uemg.br/index.php/malestar/article/view/187>. Acesso: 05 set. 2018.

VEYNE, Paul. *O inventário das diferenças*: Lição inaugural no Colégio de França. Tradução de José Vasco Marques. Lisboa: Gradiva, 1989.

WENDT, Kelly. *Pequeno mapeamento de espaços experienciados*: inventários de impressões e compartilhamentos. 2017. 331 f. Tese (Programa de Pós-graduação em Artes Visuais) - Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. 1. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/169332>. Acesso em: 07 nov. 2018.

ZORDAN, Paola. *Disparos e excesso de arquivo*. In: 20^o. Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa em Artes Plásticas, 2011, Rio de Janeiro/RJ. Anais do Encontro Nacional da ANPAP (Online). Rio de Janeiro (RJ): ANPAP, 2011. Disponível em: http://www.anpap.org.br/anais/2011/pdf/cpa/paola_zordan.pdf. Acesso: 06 nov. 2018.